

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
AGRADECIMENTO ETERNO AO MEU AMIGO IRMÃO PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI – <i>IN MEMORIAM</i>	9
APRESENTAÇÃO À 21ª EDIÇÃO	11
CONTEÚDO POR AUTOR	15
BREVE PREFÁCIO.....	17
CAPÍTULO 1. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	39
SILVÉRIO DAS NEVES	
1.1 Noções gerais	43
1.1.1 Fato Gerador	43
1.1.2 Período de Apuração.....	44
1.1.3 Base de Cálculo.....	44
1.1.4 Alíquota e Adicional	44
1.1.5 Prazo de Recolhimento.....	45
1.1.6 Declaração de Informações da Pessoa Jurídica (DIPJ)....	46
1.1.7 Escrituração Contábil Fiscal – ECF	46
1.2 Lucro real	47
1.2.1 Conceito.....	47
1.2.2 Caso Prático para a Determinação do Lucro Real e do Cálculo do IRPJ	48
1.2.3 Pessoas Jurídicas Obrigadas à Tributação com Base no Lucro Real (art. 257 do RIR/2018 e art. 59 da IN RFB 1.700/2017).....	54
1.2.4 Opção pelo Lucro Real Anual e Pagamento Mensal por Estimativa	57
1.2.5 Pagamento da CSLL por Estimativa Pura (Receita Bruta e Acréscimos).....	62

1.2.6	Balanço ou Balancete de Suspensão ou Redução	64
1.3	Lucro Presumido	67
1.3.1	Opção pelo Regime	67
1.3.2	Necessidade de Escrituração Contábil ou do Livro Caixa e do Livro de Registro de Inventário.....	68
1.3.3	Determinação do Lucro Presumido	69
1.3.4	Alíquota, Adicional e Prazo de Recolhimento	70
1.3.5	Mudança de Opção	71
1.3.6	Regime de Apuração das Receitas	72
1.3.7	CSLL para as Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido. Base de Cálculo e Alíquota	72
1.4	Lucro arbitrado	73
1.4.1	Receita Bruta Conhecida	74
1.4.2	Receita Bruta Não Conhecida	76
1.4.3	Acréscimos ao Resultado Apurado e Opção pela Tributação com Base no Lucro Presumido ou Lucro Real para os Demais Trimestres	77
1.4.4	Alíquota, Adicional e Prazos de Recolhimento	78
1.4.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	78
1.5	Tributação específica – Veículos usados.....	80
1.5.1	Lucro Real, Presumido ou Arbitrado, Inclusive Pagamentos Mensais por Estimativa	80
1.6	Liquidação extrajudicial e falência.....	81
1.7	Modificações produzidas pela Lei 12.973/2014	81
1.8	IN RFB 1.700/2017	82
1.9	RIR/2018 (Aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22-11-2018)...	83
1.10	Empresa Simples de Crédito – ESC	83
1.10.1	Funcionamento da ESC	84
1.10.2	Tributação das ESC pelo IRPJ e pela CSLL.....	84
1.11	Consórcios entre Empresas	85
1.11.1	Aspectos Societários.....	85
1.11.2	Aspectos Fiscais.....	86
1.11.3	Solução de Consulta COSIT nº 197/2024.....	89
1.12	Sociedade em Conta de Participação (SCP)	91
1.12.1	Código Civil	92
1.12.2	Prova de existência	92

1.12.3	Resultados	92
1.12.4	Escrituração	93
1.12.5	Lucro da SCP	93
1.12.6	Prejuízo fiscal	93
1.12.7	Opção pelo lucro presumido.....	94
1.12.8	Recursos aplicados e recebidos pela SCP.....	94
1.12.9	Rendimentos pagos pela SCP	94
1.12.10	Ganhos ou perdas de capital.....	94
1.12.11	Cisão ou incorporação	95
1.12.12	Pagamento de tributos e contribuições	95
1.12.13	Sistema de locação conjunta (<i>pool</i> hoteleiro).....	95
1.13	Comparações entre Consórcio e SCP.....	97

CAPÍTULO 2. CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE..... 99

SILVÉRIO DAS NEVES

2.1	Introdução	99
2.2	Da convergência às normas internacionais	100
2.2.1	Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).....	101
2.3	Balanço patrimonial – Novos grupos de contas.....	107
2.3.1	Ativo Diferido	107
2.3.2	Ativo Intangível	108
2.3.3	Avaliação Permanente de Recuperação de Ativos	108
2.3.4	Resultado de Exercícios Futuros (REF).....	111
2.3.5	Patrimônio Líquido.....	111
2.3.6	Equivalência Patrimonial	120
2.4	Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	121
2.4.1	Lei das Sociedades por Ações (Art. 187 da Lei 6.404/1976)	121
2.4.2	DRE Societária	123
2.4.3	Exclusão dos Tributos sobre Vendas na Receita	124
2.4.4	Receita Bruta e Líquida – Aspectos Tributários.....	126
2.4.5	Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)	128
2.4.6	Demonstrações Contábeis Obrigatórias	130
2.5	Sociedades de grande porte (SGP).....	131
2.5.1	Publicação das Demonstrações Contábeis	131

2.6	Novas Demonstrações Contábeis	132
2.7	Critérios de avaliação	132
2.7.1	Do Ativo	132
2.7.2	Do Passivo.....	142
2.8	Arrendamentos (<i>leasing</i>)	143
2.9	Primazia da essência sobre a forma	144
2.10	Histórico: aspectos tributários (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) antes da edição da Lei 12.973, de 2014.....	145
2.10.1	Introdução histórica	145
2.10.2	Critérios Contábeis Diferenciados.....	146
2.10.3	Reservas de Capital e Reservas de Lucros	147
2.10.4	Opção pelo Lucro Presumido.....	148
2.10.5	Demais Tributos (CSLL, PIS e COFINS)	148
2.10.6	Juros sobre o Capital Próprio (JCP).....	149
2.10.7	Compensação de Prejuízos Não Operacionais	149
2.10.8	Escrituração	150
2.11	Companhias fechadas	154
2.12	Conselho Federal de Contabilidade (CFC).....	154
2.13	Receita Federal do Brasil (RFB)	154
2.14	Alterações provocadas pela Lei 12.973/2014.....	154
2.15	Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018)	155

CAPÍTULO 3. AJUSTES A VALOR PRESENTE E SEUS REFLEXOS..... 157

SILVÉRIO DAS NEVES

3.1	Definição de Ajustes a Valor Presente (AVP)	157
3.1.1	Ativos e Passivos Financeiros	157
3.2	Taxa de juros a ser utilizada.....	158
3.2.1	AVP Utilizando a Planilha Excel	158
3.2.2	Taxa de Juros Implícita Usando a Planilha Excel.....	161
3.3	Classificações dos Ajustes a Valor Presente	164
3.3.1	Reversão dos AVP.....	165
3.4	Ajustes relativos à avaliação do ativo (Art. 412 do RIR/2018) ...	165
3.4.1	Caso Prático	166
3.4.2	Realização Mensal do AVP.....	166
3.4.3	Tributos Incluídos no Valor das Receitas.....	167

3.4.4	Aspectos Tributários dos AVP dos Ativos	167
3.5	AVP relativos à avaliação do passivo (Art. 413 do RIR/2018)...	170
3.5.1	Obrigatoriedade Legal de Ajustar	170
3.5.2	Caso Prático pela Legislação Societária.....	170
3.5.3	Realização Mensal do AVP.....	172
3.5.4	Aspectos Tributários dos AVP das Obrigações	172
3.5.5	Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS ...	178
3.6	Caso prático – AVP no ganho ou perda de capital	178
3.6.1	Depreciação Contábil e Tributária (Fiscal)	178
3.7	Casos práticos	181
3.8	Outros Ajustes a Valor Presente (AVP)	184
3.8.1	Outros Ativos e Receitas – Aspectos Tributários	184
3.8.2	Outros Passivos e Despesas	185
3.8.3	Vinculação à Subconta do Ativo	185
3.8.4	Outras Importâncias e Valores	185
3.9	Controle dos AVP em subcontas.....	186
3.9.1	Subcontas Analíticas	187
3.9.2	Livro Razão Auxiliar (RAS)	187
3.10	Outras normas societárias relativas ao AVP	188
3.10.1	Renegociação do Direito ou da Obrigação.....	188
3.10.2	Valores Idênticos à Vista ou a Prazo.....	188
3.10.3	Alteração no Status dos AVP (Estorno Pendente)	189
3.11	Casos práticos	189
3.11.1	Cálculos da Operação – AVP	190
3.11.2	Contabilização dos Direitos AVP	190
3.11.3	Pela Legislação Tributária	191
3.11.4	Obrigações	192
3.12	Reflexos dos AVP	196
3.13	Regulamentações da Lei 12.973/2014	196
3.14	Diferenças entre valor presente e valor justo.....	197

CAPÍTULO 4. TRATAMENTO DAS RECEITAS, DESPESAS E CUSTOS 199

SILVÉRIO DAS NEVES

4.1	Receita Bruta e Receita Líquida.....	199
-----	--------------------------------------	-----

4.1.1	Novo Conceito	199
4.1.2	AVP Relativos à Avaliação do Ativo	201
4.1.3	Exclusão dos Tributos Incidentes sobre Vendas	202
4.1.4	Caso Prático – Legislação Tributária	205
4.1.5	Breve Histórico: Exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS/COFINS.....	209
4.2	Alterações no conceito de receita bruta e líquida.....	214
4.2.1	Reflexos na Estimativa Mensal (Lucro Real).....	214
4.2.2	Reflexos no Lucro Presumido e Arbitrado	215
4.2.3	Reflexos na CSLL	217
4.2.4	Reflexos nas Contribuições Sociais (PIS e COFINS) ...	217
4.2.5	Contratos de Construção a Longo Prazo	219
4.2.6	Contratos de Concessão.....	220
4.2.7	Mudança de Lucro Presumido para Lucro Real	220
4.2.8	Avaliação a Valor Justo – Ganho de Capital.....	221
4.3	Lucro real	222
4.3.1	Custo dos Bens e dos Serviços (arts. 301 e 302 do RIR/2018).....	222
4.3.2	Acréscimo de Atividades.....	223
4.3.3	Despesas Pré-operacionais ou Pré-industriais.....	224
4.3.4	Depreciação	225
4.3.5	Caso Prático	228
4.3.6	Receitas e Despesas Financeiras.....	231
4.3.7	Provisões.....	232
4.3.8	Arrendamentos.....	233
4.4	Custo de emissão de ações	238
4.5	Teste de recuperabilidade	240
4.5.1	Como Estimar o Valor em Uso	244
4.6	Amortização de intangíveis.....	245
4.6.1	Gastos com Inovação Tecnológica.....	246
4.7	Custos estimados de desmontagem e restauração	246
4.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	247
4.8.1	Livros Fiscais	247
4.8.2	Empresas Desobrigadas de Escrituração	248
4.8.3	CSLL – Instituições Financeiras e Assemelhadas	248
4.8.4	Alíquotas das CSLL	249

4.8.5	Arbitramento do Lucro	249
4.9	Doações para investimentos	250
4.9.1	Subvenções para Investimentos (Lei nº 14.789/2023) ...	250
4.9.2	Habilitação da Pessoa Jurídica (PJ)	250
4.9.3	Apuração do Crédito Fiscal.....	252
4.10	Debêntures.....	258
4.10.1	Debêntures de Infraestrutura	258
4.10.2	Imposto de renda retido na fonte	262
4.10.3	Outras alterações legais e normativas.....	264
4.10.4	Notas.....	266
4.10.5	Debêntures incentivadas	268
4.11	Pagamento baseado em ações	270
4.11.1	Adição à Base de Cálculo dos Tributos	270
4.11.2	Dedutibilidade do Pagamento	270
4.11.3	Efeitos nos Juros sobre o Capital Próprio	271
4.11.4	Controle no LACS/LALUR.....	271
4.11.5	Decisões do CARF: <i>stock options</i>	271
4.12	Prejuízos não operacionais	272
4.13	Distribuição de Lucros ou Dividendos.....	273
4.13.1	Lucro Real, Presumido e Arbitrado.....	273
4.13.2	Lucro Real	275
4.13.3	PLR de Diretores Empregados	276
4.14	Outros elementos e valores.....	277
4.14.1	Novos Métodos e Critérios Contábeis.....	277
4.14.2	Reserva de Reavaliação.....	277
4.14.3	Falta de Registro de Despesas e Receitas.....	278
4.14.4	Reconhecimento em Moeda Corrente Nacional.....	279
4.14.5	Ajustes no LACS/LALUR	279
4.14.6	Lucro Presumido e Arbitrado.....	279
4.14.7	Controles Específicos.....	280
4.15	Perdas no recebimento de créditos	280
4.15.1	Alterações da IN RFB nº 1881, de 2019.....	281
4.16	Controle por Subcontas Contábeis	282
4.16.1	Utilização de subcontas – Legislação tributária	284
4.16.2	Decisão do CARF sobre subcontas.....	285

CAPÍTULO 5. AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO 287**PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI****ATUALIZADOR: SILVÉRIO DAS NEVES**

5.1	Conceito	287
5.1.1	Estimativas do valor justo para instrumentos financeiros.....	288
5.2	Contabilização de acordo com a Legislação Societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade. Contrapartida do ajuste a valor justo	288
5.2.1	Pronunciamento Técnico CPC nº 48	292
5.2.2	Reversão do Ajuste de Avaliação Patrimonial por Ocasão da Alienação ou Baixa Parcial do Ativo que os originou.....	292
5.2.3	Contabilização	293
5.3	Ativos que, segundo a legislação brasileira, podem ser avaliados a valor justo	293
5.3.1	Combinações de Negócios	297
5.3.2	“ <i>Deemed Cost</i> ”	298
5.3.3	Ativos Objeto de Doação ou Permuta	298
5.4	Reconhecimento dos tributos diferidos como conta redutora do ajuste de avaliação patrimonial.....	302
5.5	Instrumentos financeiros	303
5.6	<i>Deemed cost</i> ou custo atribuído para avaliação inicial do ativo imobilizado	306
5.7	Tratamento fiscal no lucro real e no resultado ajustado (Lei 12.973/2014) e respectiva contabilização normatizada pela Receita Federal do Brasil.....	309
5.7.1	Ganho de Avaliação a Valor Justo	309
5.7.2	Perda de Avaliação a Valor Justo.....	313
5.7.3	Ganho na Avaliação a Valor Justo na Permuta.....	314
5.7.4	Tratamento Fiscal no Lucro e Resultado Presumido (Lei 12.973/2014). Mudança de Tributação do Lucro Presumido para Lucro Real.....	317
5.7.5	Ganho de Capital na Subscrição de Ações	318
5.7.6	Perda de Capital na Subscrição de Ações.....	320
5.8	Tratamento tributário do valor justo na legislação do PIS e da COFINS	322

5.8.1	Base de Cálculo na Sistemática Cumulativa.....	322
5.8.2	Base de Cálculo na Sistemática Não Cumulativa	322
5.8.3	Créditos relativos ao PIS e COFINS Incidentes sobre Importações	322
5.9	CARF e o controle em subcontas do AVJ	323

CAPÍTULO 6. AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (MEP) 325

PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI

ATUALIZADOR: SILVÉRIO DAS NEVES

6.1	Conceito de investimentos	325
6.2	Investimentos temporários e permanentes.....	326
6.3	O Método da Equivalência Patrimonial (MEP)	326
6.4	Obrigatoriedade do método	327
6.5	Sociedades controladas	328
6.6	Sociedades coligadas.....	328
6.7	Sociedades que fazem parte de um mesmo grupo.....	328
6.8	Empreendimentos controlados em conjunto	329
6.9	Contrapartidas credoras ou devedoras do ajuste do investimento no ativo	329
6.9.1	Lucro ou Prejuízo na Investida	329
6.9.2	Aumento de Capital da Investida	331
6.9.3	Recebimento de Dividendos	341
6.9.4	Ajustes de Avaliação Patrimonial (PL).....	342
6.9.5	Ajuste de Conversão Cambial na Investida	344
6.10	Aquisição de participação societária por valor distinto do valor patrimonial	346
6.10.1	Avaliação a Valor Justo em Ativos e Passivos da Investida, cuja aquisição foi efetuada com Mais-valia...	353
6.10.2	Avaliação a Valor Justo em Ativos e Passivos da Investida, cuja aquisição foi efetuada com Menos-valia	356
6.10.3	Tratamento da Mais ou Menos-valia e da Perda por <i>Impairment</i> no <i>Goodwill</i> em Operações de Incorporação, Fusão e Cisão.....	356

6.10.4	Aquisição de Participação Societária em Estágios (art. 427 do RIR/2018).....	356
6.10.5	Tratamento da Aquisição Societária Adquirida em Estágios nas Operações de Fusão, Cisão e Incorporação	361

CAPÍTULO 7. GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL..... 363

PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI

ATUALIZADOR: SILVÉRIO DAS NEVES

7.1	Conceitos básicos	363
7.2	Apuração contábil e tratamento fiscal	364
7.2.1	Ativo Imobilizado	364
7.2.2	Ativo Intangível	370
7.2.3	Participações Societárias Permanentes (Investimentos).....	372
7.2.4	Investimentos (Propriedade para Investimento)	377
7.3	Ganho de capital nas vendas, para recebimento do preço, no todo ou em parte, posteriormente ao término do exercício social seguinte ao da contratação	379
7.3.1	Casos Práticos (Legislação Atual e Anterior).....	380
7.4	Ganho ou perda de capital na subscrição de participação societária com integralização por meio da entrega de ativo avaliado a valor justo.....	383
7.5	Apuração e compensação de prejuízos não operacionais.....	383
7.6	Ganhos de capital não são tributados pelo PIS/COFINS.....	388

CAPÍTULO 8. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DE SOCIEDADES..... 389

PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI

ATUALIZADOR: SILVÉRIO DAS NEVES

8.1	Conceito de combinações de negócios	389
8.1.1	Aquisições de Participações Societárias em Estágios.....	394
8.1.2	Aquisições sem Transferência de Controle ou entre Partes sob Controle Comum.....	398
8.2	Incorporação, fusão e cisão. Conceito e tratamento contábil....	399
8.2.1	Incorporação. Conceito e Aspectos Contábeis mais elementares	399

8.2.2	Fusão. Conceito e Aspectos Contábeis mais elementares	401
8.2.3	Cisão. Conceito e Aspectos Contábeis mais elementares	402
8.2.4	Operações entre Sociedades sobre Controle Comum	405
8.3	Incorporação quando uma das sociedades participa do capital de outra.....	406
8.3.1	Incorporação da Investida por sua Investidora	406
8.3.2	Incorporação da Investidora pela Investida	409
8.4	Aspectos tributários das operações de incorporação, fusão e cisão	412
8.4.1	Histórico: Participações Societárias Adquiridas até 31.12.2014	412
8.4.2	Participações Societárias Adquiridas depois de 31.12.2014	416
8.5	Aspectos tributários comuns às operações de incorporação, fusão e cisão.....	427
8.5.1	Compensação de Prejuízos	427
8.5.2	Reservas de Reavaliação	428
8.5.3	Participação Extinta em Fusão, Incorporação e Cisão ...	429
8.5.4	Responsabilidade Tributária dos Sucessores	431
8.5.5	Levantamento de Balanço, Apresentação da ECF e Pagamento do Imposto	431
8.5.6	Incentivos e Benefícios Fiscais	432

CAPÍTULO 9. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP) 435

SILVÉRIO DAS NEVES

9.1	Definição	435
9.2	Dedutibilidade (art. 355 do RIR/2018).....	435
9.2.1	Variação <i>pro rata</i> dia da TJLP	436
9.2.2	Juros capitalizados ou mantidos em conta de reserva...	437
9.2.3	Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL).....	437
9.2.4	Limite dedutibilidade	437
9.2.5	JCP imputados aos dividendos	437
9.2.6	Dividendos de sociedades anônimas	438
9.3	Imposto de renda na fonte	439
9.3.1	IRRF de 15%.....	439

9.3.2	IRRF de 25%.....	440
9.4	1º caso prático.....	440
9.5	Dedução de JCP de períodos anteriores.....	441
9.5.1	Superior Tribunal de Justiça (STJ)	442
9.5.2	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ...	442
9.5.3	Projeto de Lei nº 2.198, de 2024	443
9.5.4	Posição da RFB sobre dedução dos JCP	444
9.6	Contas do patrimônio líquido (PL)	444
9.6.1	Para apurar JCP até 31.12.2023	444
9.6.2	Para apurar JCP a partir de 1º.01.2024	445
9.7	Conveniência da distribuição dos JCP (menor ônus tributário)	447
9.7.1	Para sócios Pessoas Físicas	447
9.7.2	Para sócios Pessoas Jurídicas.....	449
9.7.3	PIS e COFINS	451
9.8	Tabela das TJLP (% trimestral e valores médios).....	451
9.8.1	Cálculo dos juros <i>pro rata</i>	452
9.9	Caso Prático Final	454

CAPÍTULO 10. RESULTADOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR..... 457

SILVÉRIO DAS NEVES

10.1	Histórico da tributação.....	457
10.2	Vigência da Lei 12.973/2014	458
10.2.1	Opção pela Tributação Universal.....	458
10.3	Pessoa jurídica equiparada à controladora.....	459
10.3.1	Introdução	459
10.3.2	Equiparada à Controladora.....	459
10.4	Regime fiscal privilegiado	460
10.5	Definições de Renda	461
10.6	Tributação das controladas – Exterior.....	462
10.6.1	Registro em Subcontas Individualizadas (Art. 447 do RIR/2018).....	462
10.6.2	Conversão para Reais.....	463
10.6.3	Equivalência patrimonial societária.....	466
10.7	Pessoas Jurídicas Controladoras.....	473

10.7.1	Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL	473
10.7.2	Contabilização para Fins Tributários	476
10.7.3	Reversão das Subcontas e Distribuição de Lucros	477
10.7.4	Caso Prático – 1ª Hipótese	478
10.7.5	Caso Prático – 2ª Hipótese	480
10.7.6	Caso Prático – 3ª Hipótese (Subitem 10.6.3)	482
10.7.7	Dedução de Prejuízos Acumulados do Exterior	483
10.7.8	Atividades Especiais	484
10.7.9	Ajuste Consolidado	485
10.8	Pessoas Jurídicas Coligadas	488
10.8.1	Tributação pelo Regime de Caixa (Art. 452 do RIR/2018)	488
10.8.2	Tributação pelo Regime de Competência	490
10.8.3	Opção Estabelecida pela IN RFB nº 1.674/2016	491
10.9	Disponibilização dos resultados positivos	491
10.9.1	Liquidação da Empresa Brasileira	491
10.9.2	Liquidação da Investida no Exterior	492
10.9.3	Absorção da Investida no Exterior	492
10.9.4	Alienação da Investida no Exterior	492
10.10	Imposto pago no exterior	492
10.10.1	Conversão para Reais (R\$)	493
10.10.2	Montante Passível de Compensação	493
10.10.3	Compensação do Imposto Pago no Exterior	493
10.10.4	Dedução em Momento Posterior	494
10.10.5	Apuração de Base de Cálculo Negativa no Brasil	494
10.10.6	Base de Cálculo Positiva Inferior ao Lucro Apurado no Exterior	495
10.10.7	Baixa do Saldo do Imposto Pago no Exterior	495
10.10.8	Consolidação de Resultados	496
10.11	Deduções da base de cálculo	496
10.11.1	Dedução do lucro de participações no Brasil	496
10.11.2	Dedução – Preços de Transferência e Subcapitalização	496
10.11.3	Dedução dos Tributos Devidos (IRPJ e CSLL)	498
10.11.4	Limites de Dedução do IR Pago no Exterior	501

10.11.5	Dedução do Imposto de Renda Retido sobre Dividendos	502
10.12	Pagamento	502
10.12.1	Diferimento na Proporção dos Lucros Distribuídos ...	502
10.12.2	Informação na DCTF.....	503
10.12.3	Fusão, Cisão, Incorporação e Extinção	503
10.12.4	Incidência de Juros e Variação Cambial.....	503
10.12.5	Opção pelo Pagamento Parcelado	503
10.12.6	Infração às Regras deste Item.....	504
10.12.7	Caso Prático (Resultado Apurado no Exterior).....	504
10.13	Disponibilização da documentação fiscal	507
10.14	Novas regras de tributação universal	507
10.14.1	Opção para o Ano-calendário de 2014	508
10.14.2	Exercício ou Cancelamento da Opção	509
10.15	Prazo de dois anos para compensação do IR pago.....	509
10.16	Fundos de investidores estrangeiros	509
10.17	Prejuízos fiscais e BC negativa da CSLL	510
10.18	Regime fiscal privilegiado	512
10.18.1	Alteração na Tributação	512
10.19	Demonstrativos.....	512
10.20	Equivalência patrimonial – Esclarecimento.....	513
10.21	Casos práticos	514
10.21.1	1º Caso Prático – IRPJ.....	514
10.21.2	2º Caso Prático – IRPJ.....	516
10.21.3	3º Caso Prático – IRPJ.....	521
10.21.4	4º Caso Prático – IRPJ.....	523
10.21.5	5º Caso Prático – IRPJ e CSLL.....	524
10.21.6	6º Caso Prático – IRPJ e CSLL.....	528
10.21.7	Casos Práticos.....	531
10.22	Aspectos societários da conversão do lucro	537
10.22.1	Dólares para Reais pela Cotação Média do Ano	537
10.23	Caso prático	539
10.24	Lucro presumido	547
10.24.1	Participação societária no exterior.....	547
10.25	Regras globais contra a erosão da base tributária	549
10.25.1	Alterações na Lei 12.974/2014.....	549

10.25.2	Incentivos Fiscais	549
10.25.3	País ou dependência com tributação favorecida	549
10.25.4	Adicional da CSLL.....	550
10.26	Legislação infralegal: IN RFB nº 2.228, de 03-10-2024	550

CAPÍTULO 11. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – PIS E COFINS 551

SILVÉRIO DAS NEVES

11.1	Introdução	551
11.1.1	Aspectos – constitucionais	551
11.1.2	Aspectos legais e infralegais.....	552
11.2	Contribuintes	552
11.3	Formas de incidência e modalidades de contribuição	553
11.3.1	Formas de incidência.....	553
11.3.2	Modalidades de contribuição.....	553
11.4	Regime de caixa e diferimento	554
11.5	Importação e exportação.....	554
11.5.1	Importação (Lei nº 10.865/2004).....	554
11.5.2	Exportação (créditos).....	555
11.6	Retenções na fonte de contribuições sociais (PIS e COFINS)	556
11.6.1	Legislação e normatização	557
11.6.2	Caso prático	557
11.6.3	Contabilização	557
11.6.4	Lei nº 11.727, de 2008	558
11.6.5	Solução de consulta COSIT nº 56, de 26-03-2025	558
11.7	PIS sobre folha de salário (pagamento).....	559
11.7.1	Contribuintes.....	559
11.7.2	Base de cálculo	560
11.7.3	Não integram a base de cálculo	560
11.7.4	Alíquota	560
11.7.5	Vencimento – PIS folha de salário (pagamento)	560
11.7.6	Caso prático	561
11.8	Receitas financeiras.....	561
11.8.1	Decreto 8.426/2015.....	561
11.8.2	Alíquotas.....	561
11.9	PIS e COFINS sobre o faturamento e receita	563
11.9.1	Base de cálculo	563

11.9.2	Faturamento (incidência cumulativa)	563
11.9.3	Alíquotas gerais	563
11.9.4	Período de apuração	564
11.9.5	Prazo de recolhimento.....	564
11.9.6	Exclusões permitidas (cumulativa e não cumulativa) ...	564
11.9.7	1º caso prático	566
11.9.8	2º caso prático	567
11.10	Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.....	568
11.10.1	Apuração cumulativa.....	568
11.10.2	Apuração não cumulativa.....	569
11.10.3	Casos práticos – dados.....	569
11.10.4	Exclusão do ICMS nas aquisições para fins de crédito...	572
11.11	Alienação de participações societárias.....	574
11.11.1	Caso prático	575
11.12	Contribuições sociais cumulativas (PIS/COFINS).....	575
11.12.1	Contribuintes.....	575
11.12.2	Base de cálculo	576
11.12.3	1º caso prático	576
11.13	2º caso prático.....	578
11.14	3º caso prático.....	580
11.15	Contribuições sociais não cumulativas (PIS/COFINS).....	582
11.15.1	Finalidade	582
11.15.2	Contribuintes.....	582
11.15.3	Base de cálculo	583
11.15.4	Imunidade e não incidência	584
11.15.5	Créditos de PIS e COFINS	584
11.15.6	Quadro dos créditos da IN RFB 2.121/2022	586
11.15.7	Créditos básicos (art. 169 a 192 da IN RFB 2.121/2022)....	589
11.16	Contabilização não cumulativa (PIS e COFINS)	597
11.16.1	Instituto Brasileiro de Auditores Independentes do Brasil.....	597
11.16.2	Não cumulatividade – posição fisco	597
11.16.3	Caso prático – apuração e contabilização.....	598
11.17	PJ parcialmente submetida à não cumulatividade	603
11.17.1	Caso prático – dados.....	604
11.18	Comparações: cumulatividade e não cumulatividade	605

11.19	Declaração a ser entregue à Receita Federal do Brasil	605
11.19.1	Escrituração Fiscal Digital (EFD – contribuições)	605
11.20	Reforma tributária.....	606
11.20.1	Perguntas e respostas da Reforma Tributária.....	610

CAPÍTULO 12. O IVA DUAL BRASILEIRO INAUGURADO PE- LA EMENDA CONSTITUCIONAL 132/2023. RE- FORMA TRIBUTÁRIA SOBRE CONSUMO..... 613

ISABEL DELFINO SILVA MASSAIA

12.1	Introdução	613
12.2	Nosso Sistema Tributário atual e o novo Sistema de Tribu- tação Sobre o Consumo – Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2025.....	614
12.3	Dos pilares da Emenda Constitucional 132, de 2023	618
12.3.1	Simplicidade	619
12.3.2	Transparência	622
12.3.3	Justiça Tributária	623
12.3.4	Cooperação	624
12.3.5	Defesa do Meio Ambiente.....	626
12.4	Do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social Sobre Bens e Serviços (CBS).....	631
12.5	Modalidades de extinção dos débitos da CBS e do IBS	639
12.6	Conclusão.....	640

CAPÍTULO 13. CASOS PRÁTICOS: IBS E CBS..... 641

SILVÉRIO DAS NEVES

13.1	Tributos calculados “por dentro”	642
13.1.1	ICMS	642
13.1.2	Caso prático (ISS, PIS e COFINS)	645
13.2	Apuração dos novos tributos (IBS e CBS)	647
13.2.1	Contabilização do IBS/CBS	647
13.2.2	Tributos: futuro cronológico	648
13.2.3	Transição dos novos tributos (CBS e IBS)	650
13.2.4	Adequações de NFS Nota Técnica NFe 2025.002-RTC... ..	651
13.2.5	Casos práticos CBS e IBS (transição no ano de 2026)	652
13.2.6	Introdução dos casos práticos do CBS e IBS	655

13.2.7	Caso prático (transição IBS e CBS em 2026/2027)....	657
13.2.8	Caso prático (IBS e CBS em 2026/2027).....	662
13.2.9	Transição do IBS de 2029 a 2032	665
13.2.10	Casos práticos (IBS e CBS)	666
13.3	Caso prático – Alíquotas reduzidas	669

CONTEÚDO EXTRA PROVIEW

CAPÍTULO 14. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO E

CONCESSÃO CAPÍTULO 15. LUCRO DA EXPLORAÇÃO